



21,

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 0001110-35.2013.8.17.0000 (0274366-4/01)**

AGRAVANTE(S): Águas Minerais Serra Branca S/A.

AGRAVADO(S): Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. APRECIÇÃO PETIÇÃO. ACORDO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. PERDA OBJETO RECURSO. EMBARGOS ACOLHIDOS À UNANIMIDADE.

- Trata-se de embargos declaratórios opostos por Águas Minerais Serra Branca S/A. contra acórdão proferido às fls. 623/624, nos autos do Agravo de Instrumento nº0274366-4 que se omitiu de apreciar a petição de fls.629/634, protocolada no dia 14/12/2012, informando que as partes transigiram na instância originária, razão pela qual se deu a perda de objeto do presente recurso.

- Desse modo, alega não ser mais possível o cumprimento do pedido formulado na peça instrumental, qual seja, o levantamento integral dos valores consignados em favor da agravante, tendo em vista o acordo de pagamento efetuado entre as partes.

- Finaliza chamando o feito a ordem para informar petição de perda de objeto do recurso, protocolada antes do julgamento do agravo, não apreciada por este tribunal, requerendo-se sejam conhecidos e providos os presentes embargos de declaração por omissão, anulando-se o *decisum* que negou provimento ao Agravo de Instrumento para conhecer do pedido anteriormente formulado, extinguindo-se o feito sem julgamento de mérito, nos moldes do art. 267, IV e VI do CPC.

- Contrarrazões do Estado de Pernambuco às fls.17 dos autos, na qual não se opõe ao pedido de perda superveniente do objeto do agravo de instrumento formulado pelo embargante.

- No caso dos presentes aclaratórios, tenho que merece guarida a insurgência da embargante. Senão vejamos.

- Verifico da análise dos autos que, equivocadamente, a petição protocolada no dia 14/12/2012 não foi juntada aos autos em tempo hábil para apreciação desta relatoria. Isso porque, na sessão realizada no dia 20/12/2012, o Agravo de Instrumento nº274366-4 foi julgado, conforme termo de julgamento de fls.622.

- Desse modo, reconhecendo a omissão acima apontada e tendo em vista que as partes transigiram na instância ordinária, a matéria tratada no agravo de instrumento teve a perda superveniente do seu objeto.

- À unanimidade de votos, foram providos os embargos de declaração para anular o acórdão de fls.623/624, diante da omissão da apreciação da petição de fls. 629/634 e declarar extinto o agravo de instrumento, sem apreciação de mérito com amparo na disposição contida no art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno, sob os rigores do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº0274366-4/01, em que figuram como embargante Águas Minerais Serra Branca S/A. e como embargado Estado de Pernambuco,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em acolher os Embargos de Declaração opostos, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife,

  
Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator



22.

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 0001110-35.2013.8.17.0000 (0274366-4/01)**

AGRAVANTE(S): Águas Minerais Serra Branca S/A.

AGRAVADO(S): Estado de Pernambuco

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

**RELATÓRIO**

Trata-se de embargos declaratórios opostos por Águas Minerais Serra Branca S/A. contra acórdão proferido às fls. 623/624, nos autos do Agravo de Instrumento nº0274366-4 que se omitiu de apreciar a petição de fls.629/634, protocolada no dia 14/12/2012, informando que as partes transigiram na instância originária, razão pela qual se deu a perda de objeto do presente recurso.

Desse modo, alega não ser mais possível o cumprimento do pedido formulado na peça instrumental, qual seja, o levantamento integral dos valores consignados em favor da agravante, tendo em vista o acordo de pagamento efetuado entre as partes.

Finaliza chamando o feito a ordem para informar petição de perda de objeto do recurso, protocolada antes do julgamento do agravo, não apreciada por este tribunal, requerendo-se sejam conhecidos e providos os presentes embargos de declaração por omissão, anulando-se o *decisum* que negou provimento ao Agravo de Instrumento para conhecer do pedido anteriormente formulado, extinguindo-se o feito sem julgamento de mérito, nos moldes do art. 267, IV e VI do CPC.

Contrarrazões do Estado de Pernambuco às fls.17 dos autos, na qual não se opõe ao pedido de perda superveniente do objeto do agravo de instrumento formulado pelo embargante.

**VOTO**

No caso dos presentes aclaratórios, tenho que merece guarida a insurgência da embargante. Senão vejamos.

Verifico da análise dos autos que, equivocadamente, a petição protocolada no dia 14/12/2012 não foi juntada aos autos em tempo hábil para apreciação desta relatoria. Isso porque, na sessão realizada no dia 20/12/2012, o Agravo de Instrumento nº274366-4 foi julgado, conforme termo de julgamento de fls.622.

Desse modo, reconhecendo a omissão acima apontada e tendo em vista que as partes transigiram na instância ordinária, a matéria tratada no agravo de instrumento teve a perda superveniente do seu objeto.

Nesse sentido, voto pelo provimento dos embargos de declaração para anular o acórdão de fls.623/624, diante da omissão da apreciação da petição de fls. 629/634 e declarar extinto o agravo de instrumento, sem apreciação de mérito com amparo na disposição contida no art. 74, inciso VIII, do Regimento Interno, sob os rigores do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. É como voto.

Recife,

Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator